



TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE MIGRANTES INTERNACIONAIS E TERRITÓRIO USADO NO BRASIL NO PERÍODO ATUAL¹

Gil Carlos Silveira Porto ²

RESUMO

O espaço geográfico é uma instância social e pode ser interpretada a partir de diferentes conceitos e fenômenos. Buscou-se neste escrito operacionalizar o conceito de *território usado* a partir do tema da migração internacional. Analisou-se material audiovisual produzido por diferentes instituições e disponibilizado em suas páginas na plataforma Youtube onde migrantes relataram suas trajetórias desde a saída de seus países de origem até se fixarem no Brasil. Identificou-se que o território usado por esse estrato demográfico é marcado por situações de ruptura cultural, de conflito e de privação, mas também pela solidariedade e pela possibilidade de que o mesmo se torne um abrigo.

Palavras-chave: imigrantes internacionais; condições de vida e de trabalho; uso do território; Brasil.

ABSTRACT

Geographic space is a social instance and can be interpreted from different concepts and phenomena. This paper sought to operationalize the concept of territory used from the theme of international migration. Audiovisual material produced by different institutions and available on their pages on the Youtube platform was analyzed, where migrants reported their trajectories from leaving their countries of origin until settling in Brazil. It was identified that the territory used by this demographic stratum is marked by situations of cultural rupture, conflict and deprivation, but also by solidarity and by the possibility of it becoming a shelter.

Keywords: international immigrants; living and working conditions; use of the territory; Brazil.

INTRODUÇÃO

Desde 1539, ano de fundação da cidade de Salvador (BA), primeira cidade e capital da colônia portuguesa, identificam-se muitas etapas migratórias de distintos grupos que se dirigiram ao Brasil. Isso desencadeou um dos processos de maior transferência de grupos populacionais de diferentes origens, dentre os quais se destacam os deslocados de maneira forçada, como os negros vindos da África. Do continente europeu, a mais importante contribuição foi de portugueses, italianos, espanhóis, alemães e poloneses. Da Ásia se destacaram japoneses, sírios, libaneses e coreanos, que começaram a aportar no Brasil há pouco mais de um século.

¹ A discussão apresentada neste escrito é parte dos resultados iniciais da execução do projeto de pesquisa intitulado “Dinâmicas territoriais e estratégias de adaptação e sobrevivência de imigrantes no Sul de Minas: um estudo de caso a partir dos haitianos em Andradas (MG)”. A proposta foi aprovada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (EDITAL (01-2018) e aguarda liberação de recurso para realização dos principais objetivos.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unifal-MG, gil.porto@unifal-mg.edu.br.



Se nos primeiros quinhentos anos de formação da sociedade brasileira foi marcante a chegada de imigrantes internacionais e refugiados brancos, desde o desfecho do século XX muitas cidades brasileiras passaram a receber estrangeiros de origem africana que têm procurado o país solicitando refúgio e imaginando a possibilidade de inserção na economia de mercado e possível melhoria de suas condições de vida. Esses deixam seus países de origem por conflitos sociais, políticos e culturais, e até mesmo por risco de morte. A esse estrato demográfico adicionam-se migrantes de origem latino-americana que nas últimas décadas têm buscado proteção no Brasil, como colombianos, haitianos e venezuelanos e até mesmo, apenas procurando melhoria de suas condições de vida, como os bolivianos.

Além da necessidade de manutenção da vida, o aumento da solicitação de refúgio no Brasil por africanos e latino-americanos também está ligado às mudanças que vêm ocorrendo na estrutura material dos países e na vida social como um todo. Segundo Santos (2017), o avanço da ciência ocorrido desde o final do século XX gerou um sistema de técnicas comandadas pelas técnicas da informação. Assim, pode-se dizer que o conhecimento de cidades, países e regiões por meio da internet – bem como a maior facilidade de compra de passagens aéreas sem sair de casa e a ampliação da rede aeroviária, que passou a conectar localidades e países às grandes metrópoles do mundo – contribuiu para o incremento da mobilidade espacial da população e dos fluxos migratórios em geral, e dos deslocamentos forçados em particular.

Quanto à solicitação de refúgio, uma das dimensões da imigração internacional, cabe ressaltar que no começo de 2016, por exemplo, existiam no Brasil 27.079 pedidos pendentes de asilo e refúgio, dos quais 6.022 eram assistidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Nesse mesmo ano, cerca de 10.288 novos pedidos foram registrados. No entanto, no cômputo geral foram deferidas apenas 942 solicitações, de acordo com a convenção vigente, e 85 por meio do *status* de proteção complementar. No total, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) deferiu apenas 1.903 pedidos, número insignificante se comparado aos processos finalizados nos três países que mais emitiram visto de refugiado naquele ano: África do Sul (913.142), Alemanha (766.429) e França (131.846). O Brasil chegou ao fim de 2016 com 35.464 solicitações de refúgio a serem julgadas, das quais 6.757 eram acompanhadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Passados quatro anos, o número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado e refugiada aumentou significativamente. De acordo com Silva *et al.* (2020), em 2019 o total de pedidos chegou a 82.552, sendo que a maioria das solicitações era de venezuelanos (53.713), seguida pelos haitianos (16.610) e cubanos (3.999). Desse total, o



governo brasileiro, por meio do Conare, apreciou um total de 33.453 pedidos, sendo 28.133 de venezuelanos, 301 de haitianos e 548 de cubanos. Cabe ressaltar que, desse total, apenas 21.304 pedidos foram deferidos, sendo, em ordem decrescente, 20.902 de venezuelanos, 255 de sírios e 35 de cubanos.

Via de regra, imigrantes e refugiados se dirigem ao Brasil como país de destino procurando segurança e melhores condições de vida e de trabalho, imaginando que terão aqui oportunidades de se tornarem cidadãos e cidadãs, condição muitas vezes comprometida em suas sociedades de origem, marcadas por desigualdades socioespaciais, precarização do trabalho e governos pouco democráticos. Muitas vezes esses deslocamentos resultam também de ameaças por conta do posicionamento político e religioso e pela condição de gênero e orientação sexual dos imigrantes.

Destaca-se ainda que a maioria desses migrantes e refugiados, ao chegarem ao Brasil, tem seu cotidiano marcado por dificuldades de inserção em atividades laborais do circuito superior da economia e de acesso a serviços de saúde, bem como de residir em bairros com infraestrutura e equipamentos públicos adequados. Na maioria das vezes são obrigados a se juntarem aos mais pobres em moradias situadas nas periferias das cidades brasileiras, situação que os leva a criar laços de solidariedade com esses brasileiros, mas também a fortalecer laços entre seus compatriotas em território estrangeiro.

Há muitos estudos, realizados por demógrafos, sociólogos, antropólogos, economistas e geógrafos, entre outros, que têm tratado das formas de inserção socioespacial de imigrantes e refugiados na sociedade brasileira. Embora a pandemia da covid-19 tenha dificultado a continuidade de pesquisas por conta da impossibilidade de se fazer trabalho de campo, avulta a necessidade de continuar investigando os modos como esse segmento da população brasileira tem usado o território nacional nas diferentes localidades onde se fixou após a chegada ao Brasil e, sobretudo, durante o período pandêmico.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento cujo foco tem sido a tentativa de explicar como um grupo de haitianos que reside no município de Andradas (MG) tem constituído lugares a partir de suas práticas socioespaciais usando o território naquele município. Entende-se que contextualizar a referida pesquisa na totalidade em que se insere, nesse caso a partir da realidade de imigrantes internacionais e refugiados que residem em outras localidades do país, é parte relevante porque possibilitará explicar a situação específica dos haitianos no Sul de Minas a partir de fragmentos da totalidade migratória nacional. Assim, o objetivo principal deste escrito é mostrar as condições de vida e de trabalho de estrangeiros que vivem no Brasil originários de países do continente africano e da América



Latina, realidade empírica operacionalizada pelo conceito de *território usado* proposto por Milton Santos. A análise construída baseou-se, sobretudo, na teorização do geógrafo baiano sobre essa dimensão do território. Serão apresentados relatos de quatro imigrantes internacionais que chegaram ao Brasil em anos diferentes e que residem em cidades da Região Concentrada brasileira, São Paulo (SP), Andradas (MG) e Varginha (MG).

ANÚNCIO DE UMA TEORIA EM CONSTRUÇÃO

Inicialmente, a partir de Porto (2014) buscou-se esclarecer os motivos que condicionam os imigrantes a deixarem seus países de origem. Soma-se a essa questão a necessidade de relacionar as formas do meio técnico-científico informacional (MTCI) no Brasil e suas qualidades como elemento que cria condições para maior mobilidade de imigrantes e refugiados no período atual por conta de um maior número de estradas, terminais rodoviários e aeroportos, por exemplo. Para tanto, este trabalho se baseia em Santos e Silveira (2001) para operacionalizar o MTCI enquanto conceito geográfico a partir dos fluxos migratórios internacionais, mas dando atenção especial às características do território usado (e em uso) por esses grupos nos municípios e cidades onde passaram a residir. Para nos auxiliar na discussão sobre o território usado pelos imigrantes, far-se-á interlocução, igualmente, com Santos (1999, 2000, 2005, 2006, 2017), Santos e Silveira (*idem*) e com Souza (2003, 2019).

A explicação quanto ao uso do território será possível graças ao conhecimento do cotidiano de homens e mulheres migrantes que participam diariamente do processo de produção e reprodução da vida, seja por meio do trabalho ou da participação em organizações da sociedade civil por eles mesmos criadas, seja ainda pela elaboração de diferentes estratégias de inserção na sociedade receptora. Todas essas práticas geram conhecimento porque, conforme esclarece Jardim (2017), a migração é uma experiência de contínuo aprendizado tanto para os imigrantes quanto para os não imigrantes e ocorre por meio de usos diferentes do território em escalas temporais e espaciais distintas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para obtenção de informações foi a análise de material audiovisual (*lives*, painéis, mesas-redondas e outros eventos) produzido por diferentes instituições e disponibilizado em suas páginas na plataforma Youtube. Em função da pandemia da covid-19, muitos eventos acadêmicos foram realizados no formato remoto, o que gerou grande quantidade de encontros virtuais com participação de imigrantes e refugiados, onde puderam relatar suas experiências de aprendizagem no Brasil após chegada ao país.



Assim, serão analisadas trajetórias territoriais de imigrantes internacionais no Brasil no período atual a partir da contribuição de quatro estrangeiros(as) que aqui chegaram em diferentes momentos e residem em distintas cidades brasileiras. Iniciaremos pelo relato de Nádia Ferreira, nascida em Guiné-Bissau e residente na cidade de São Paulo há 21 anos. Em seguida apresentaremos parte da trajetória de Claudine Shindany Kumbi, refugiada da República Democrática do Congo que também reside na capital paulista há cerca de sete anos. Também serão tratadas as experiências migratórias de Louis Delhomme Desinord, imigrante haitiano que vive na cidade de Andradas (MG) desde 2013, para finalmente abordar as questões apresentadas por Yhonny Prado Castro, imigrante venezuelano residente em Varginha (MG) desde 2016.

TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS: DIMENSÃO EMPÍRICA

Como mencionado acima, os resultados referem-se a relatos de experiências de imigrantes internacionais e refugiada que chegaram ao Brasil em diferentes momentos, com percursos de entrada em território nacional também distintos, mas que, por meio de suas trajetórias socioespaciais, mostram as dificuldades semelhantes por eles vivenciadas desde a saída de seus países de origem até o início e a contínua inserção e integração na sociedade brasileira. Começaremos pelo relato de Nádia Ferreira.

Ao chegar ao Brasil, um dos primeiros fatos que chamaram sua atenção foi a presença de pessoas em situação de rua nos espaços de livre circulação na cidade de São Paulo, situação que não existe em seu país de origem. Relatou também a sua estranheza ao perceber que no Brasil homens e mulheres negros são tratados de forma diferente em relação aos brancos. Afirma que no início foi difícil lidar com essa questão social e racial, pois na Guiné-Bissau não havia essa diferenciação. Por isso, costuma dizer que ela saiu de lá como uma moça de vinte anos e aqui se descobriu como uma mulher negra e pobre. Ou seja, no Brasil Nádia foi vítima de racismo, discriminação e preconceito, situação perversa para negros e africanos que aqui chegam, porque em suas formações socioespaciais não vivenciam esse tipo de violência. Na verdade, segundo ela, ao chegarem aqui são incluídos numa situação estrutural e social já existente.

Entre os espaços de maior dificuldade para sua inserção como mulher, negra e imigrante africana está a Universidade de São Paulo (USP), que, a partir dos olhos de muitos e de mensagens silenciosas, ela sentia não ser o seu lugar. Ao sentar-se em determinados bancos, por exemplo, percebia a saída daqueles que estavam sentados próximos. O comportamento preconceituoso e racista, segundo ela, vinha não somente de colegas mas



também do corpo docente, quando, a título de exemplo, uma professora lhe sugeriu que voltasse ao seu país de origem porque, segundo a docente, não aprenderia a língua inglesa como conteúdo de um componente curricular do curso de Letras, em que se formou.

Além dessa experiência na universidade, Nádia recorda as dificuldades econômicas a que foi submetida nesse período de graduação, pois não recebia bolsa de estudos nem do governo brasileiro nem de seu país de origem, que na época vivia uma situação de conflito por conta de um golpe de Estado. Isso dificultou que a sua família a ajudasse financeiramente, o que a obrigou a trabalhar como cabeleireira para custear a aquisição de xerox, alimentação, livros, transporte etc. Acrescenta-se a isso o fato de ter ficado doente e ter sido mãe solteira em um país estrangeiro.

Após o fim da graduação Nádia decidiu ficar no Brasil, tem hoje o *status* de imigrante internacional reconhecido e trabalha em projetos que envolvem a acolhida de imigrantes e refugiados por instituições e organizações civis. Criou sua própria empresa, que oferece serviços como palestras, consultorias e assessorias na área de gênero, migrações, direitos humanos e direitos das mulheres. Durante a pandemia participou, em parcerias com a Igreja, da distribuição de alimentos e máscaras para famílias residentes na Zona Leste de São Paulo. Ela afirma que aprendeu sua experiência de participação em projetos sociais com sua avó e com sua mãe, que por treze anos foi refugiada na França, onde atuou como militante e participou de associações de apoio aos não nacionais daquele país.

O relato de Claudine Shindany Kumbi, também de origem africana, mas nascida na República Democrática do Congo e residente no Brasil desde 2014, possui elementos concretos que nos auxiliam na interpretação geográfica da experiência de refugiados e refugiadas, sobretudo em relação à solicitação de abrigo feita por uma mulher negra de origem africana ao iniciar seu processo de inserção na sociedade local.

Sobre os entraves à inserção de imigrantes e refugiados no Brasil, Claudine destaca aqueles ligados à obtenção de documentação, ao acesso à moradia digna e à convivência com os nacionais, entre outros. Acrescenta que sem documentação é difícil abrir, por exemplo, conta corrente em banco, ter direitos trabalhistas reconhecidos e condição de inserção no mercado de trabalho, o que compromete o recebimento de proventos e o acesso a serviços básicos para uma vida digna na sociedade de destino. Segundo ela, esse quadro agrava em particular a situação dos refugiados e dificulta a sua integração na sociedade nacional, já que saem de seus países de origem com traumas por serem obrigados a saírem às pressas de suas casas, deixando pertences e membros familiares para trás.



Sem documentação oficial e com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o solicitante e a solicitante de refúgio ainda têm que lidar com a dificuldade de obter moradia digna. Segundo Claudine, há um tempo determinado para se ficar em abrigo oferecido por instituições de apoio ao chegar ao Brasil (o tempo varia de dois a seis meses). Esse tempo é muito curto para a inserção laboral da refugiada e do refugiado no mercado de trabalho, o que os impossibilita de ter condições de custear moradia. Além dessa dificuldade, a discriminação racial se manifesta na busca de imóvel para alugar. Ao chegar ao Brasil, planejou residir em um bairro onde o filho estuda, em um bairro com moradores de alto poder aquisitivo, onde boa parte dos residentes é de descendência italiana.

Sobre a dificuldade de alugar imóvel, Claudine afirma que na busca de uma casa para alugar, em conversa com uma senhora moradora do bairro que tinha conhecimento de um imóvel para esse fim, foi questionada por ela sobre sua possibilidade de pagar o aluguel, já que vinha da República Democrática do Congo, país africano. A reação da refugiada Claudine ao ouvir esta pergunta foi não continuar a conversa, após perguntar à referida senhora se imigrantes africanos têm que ficar na rua.

Em relação ao acesso a serviço de saúde, considera-se que, embora ele seja gratuito para os que chegam ao Brasil, isso não significa que esse serviço esteja disponível para quem precisa de atendimento urgente. A espera por uma consulta pode durar até três meses, e quem estiver com problema de saúde grave não pode aguardar. Além da longa espera para ser atendido, há ainda o problema da falta de comunicação entre pacientes e enfermeiros ou médicos, por causa da diferença de idiomas de cada um desses sujeitos. Esse problema pode dificultar a identificação do diagnóstico de pacientes imigrantes estrangeiros e refugiados que não se comunicam por meio da língua oficial do país de destino. Segundo Claudine, há casos de indicação inadequada de medicamentos a imigrantes, o que causou danos a pacientes refugiados.

Em relação à convivência com os nacionais, Claudine infere que há muita desconfiança para com todos no Brasil, mas em relação aos imigrantes e refugiados ela é mais robusta, sobretudo para os de origem africana. Há uma integração lenta e que é marcada também pela segregação racial. Essa separação está presente, segundo ela, em instituições de governo que discriminam determinados grupos de solicitantes de visto ou refúgio em função de outros. Enquanto para alguns esses documentos são liberados em menos tempo, para outros a espera pode chegar a três anos.

Por fim, Claudine destaca que, como integrante do grupo de refugiados e refugiadas de origem africana, foi submetida a situações de racismo e preconceito desde que chegou ao



Brasil. Infere ainda que, além desse problema, o valor alto de taxas cobradas para aquisição de documentos é também um entrave para a completa inserção de imigrantes na sociedade brasileira, pois muitos não têm condições de efetivar os pagamentos e acabam ficando mais vulneráveis – por exemplo, ao serem abordados por policiais, podendo muitas vezes ser detidos porque não possuem essa documentação.

Em seguida descrevemos o relato de Louis Delhomme Desinord, sexto haitiano a se fixar no município de Andradas (MG) e que reside no Brasil desde 2013. Sua narrativa começa pela descrição de como era sua vida no Haiti em convívio com seus pais. Quinto filho de um grupo de onze irmãos, sua infância foi na zona rural, onde seu pai praticava a agricultura, cultivando, sobretudo, banana e mandioca. Informa que seu pai sempre o incentivou a estudar, mas teve que deixar de frequentar a escola com a morte de sua mãe para que, por meio do trabalho, passasse a ajudar nas despesas de casa.

Com a morte da mãe, Louis decide migrar em busca de melhores oportunidades na República Dominicana em 2002, onde permaneceu até 2013, quando decidiu continuar sua trajetória de migrante vindo para o Brasil. Relata que nesse período se sentiu “humilhado” na sociedade dominicana, mas não reconhece se foi assim tratado por ser imigrante ou por ser negro. Por conta da proximidade geográfica de seu país de origem, costumava visitá-lo periodicamente. Devido ao terremoto de 2010, pensou em retornar ao país onde nasceu, mas continuou na República Dominicana, onde solicitou visto para ingresso nos Estados Unidos, o que lhe foi negado. Um ano após o terremoto, um primo decidiu migrar para o Brasil, que passou a lhe relatar o cotidiano no novo país de destino, levando-o também a buscar novas oportunidades no Brasil, que, ao ser comparado com a República Dominicana e com o Haiti, respeitava mais os estrangeiros, em seu ponto de vista.

Louis chega ao território brasileiro em dezembro de 2013, depois de oito dias de viagem entre a Ilha Hispaniola e o Acre. Segundo ele, a travessia entre os dois destinos foi marcada por assaltos, o que o deixou sem dinheiro para comprar alimentos e custear os serviços básicos necessários a qualquer viajante vindo de localidade distante. Sua chegada ao local de destino, nesse caso Andradas (MG), ocorreu após cerca de 45 dias de estadia em Rio Branco, capital acreana, onde aguardou a produção e a liberação de documentos (Cadastro de Pessoas Físicas e Carteira de Trabalho) que permitissem sua fixação regular no Brasil. De posse desses documentos, Louis deixou Rio Branco com destino a Campinas (SP), onde seu primo o encontrou para levá-lo à cidade de Andradas.

Ao chegar em Minas Gerais, somente depois de uma semana passou a se comunicar de forma muito tímida com os locais, processo que foi facilitado pelo uso do espanhol, língua



que aprendeu enquanto residia na República Dominicana. Quinze dias após a sua chegada a Andradas, Louis conseguiu trabalho numa empresa de fabricação de cerâmica. Desde então passou a enviar parte do seu salário para a esposa e os filhos que continuaram no Haiti. Em relação à fase inicial de fixação em Andradas, Louis afirma que teve bastante dificuldade, por causa da saudade que sentia da família. Nesse período residiu em uma casa de dois cômodos compartilhando-a com outros quatro haitianos.

Após um ano no Brasil, um dos irmãos de Louis também se fixou no Sul de Minas, sendo que o valor gasto com a viagem do Haiti até Andradas foi custeado por ele. Depois de mais algum tempo conseguiu abrir conta bancária, o que lhe possibilitou tomar um empréstimo que viria a custear a vinda de sua esposa (na época foram tomados emprestados seis mil reais). No entanto, a reunião familiar só ocorreu mais tarde, com a vinda dos filhos, processo que somente foi possível após o ingresso da esposa no mercado de trabalho e com as economias realizadas pelo casal para custear a vinda dos filhos. A estadia no Brasil sem eles foi uma fase difícil para o casal, sobretudo para a esposa, que sempre chorava durante as refeições. Ambos continuam auxiliando financeiramente os familiares que continuam na Ilha Hispaniola, com envio de remessas a irmãos e irmãs.

É importante ressaltar que Louis se tornou pastor no Brasil, após estudar por um ano e meio para esse fim. Em companhia de um líder religioso brasileiro, abriu uma igreja em Andradas, mas por conta de conflitos entre eles (imposição de normas pelo religioso brasileiro), decidiu abrir sua própria igreja, que hoje possui setenta membros. Vale destacar que Louis e sua esposa tiveram uma filha aqui no Brasil. A reunião familiar no estrangeiro, a chegada da filha e a inserção na vida religiosa em Andradas e dos filhos no sistema educacional local explicam por que se sentem bem no Sul de Minas. No entanto, a saudade dos que ficaram no Haiti e a impossibilidade de os visitarem hoje, por conta do preço das passagens aéreas entre os dois países, acaba tornando a experiência migratória penosa, em suas palavras.

Em relação ao tratamento que tem recebido no cotidiano da cidade onde reside, Louis declara que, de maneira geral, foi bem acolhido, mas ressalta que já foi vítima de práticas discriminatórias por sua condição de homem preto e por ser haitiano. Ele relata que trabalhou por seis anos como inspetor numa firma e nunca lhe foi dada a oportunidade de ascender a uma posição onde pudesse ser mais bem remunerado, diferentemente de um trabalhador branco, que em menos de quatro anos foi promovido a supervisor. Isso porque, nas suas palavras, há uma tradição na empresa de mobilidade em posições, onde há possibilidade de contratados como ajudantes se tornarem inspetores e em seguida supervisores. Ao ser



demitido, procurou o coordenador para dizer que seu contrato de trabalho foi encerrado na empresa por conta de sua condição de imigrante preto. Afirma que imigrantes cubanos brancos e japoneses tiveram uma inserção laboral na cidade maior do que a de estrangeiros com características étnico-raciais semelhantes à sua.

Por fim, Louis destaca que, em resposta a um cotidiano marcado por relações de segregação racial e socioespacial, haitianos e haitianas que vivem em Andradas (MG) criaram uma associação (2017) com a finalidade de auxiliar os imigrantes internacionais que ali chegam e que estejam passando por alguma dificuldade. Considera que uma pessoa sozinha é fraca, mas dez, quinze pessoas juntas são fortes. A associação de haitianos, na época em que foi criada, era formada por dez membros, e hoje já conta com vinte associados. Além dessa associação, Louis também integra uma agregação formada por pastores, que sempre o aconselham.

Para encerrar o bloco de relato de experiências vividas por imigrantes e/ou refugiados no Brasil atual, apresentaremos a trajetória de Yhonny Prado Castro, que vive no Brasil há cerca de quatro anos. Ele relata que um dos desafios encontrados ao chegar ao país de destino foi o de se comunicar, por não ter conhecimento da língua portuguesa; desde então vem se esforçando para aprendê-la diariamente. Além da aprendizagem da língua oficial do Brasil, ela considera que a aquisição de carteira de trabalho, do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e da carteira de identidade requer um tempo de espera. A demora em receber um desses documentos o fez perder, por três vezes, a oportunidade de inserção no mercado formal de trabalho.

Essa dificuldade de se empregar formalmente o deixava triste, depressivo, desejoso de retornar ao seu país de origem, a Venezuela, ou buscar melhores oportunidades de trabalho em outro país. Nesse processo de inserção no Brasil como imigrante, acrescenta que em muitos dias em horários de refeições ficou sem se alimentar, para que seu filho, que o acompanhou desde a saída de seu país de origem, pudesse se nutrir.

Em meio a esse período de maior dificuldade, marcado por choro e sofrimento, passou a auxiliar, mesmo com suas limitações, estrangeiros e mesmo brasileiros que estavam em situação de exclusão social semelhante à sua. Esse auxílio tem sido realizado por meio da distribuição de comida e ajuda financeira ou intelectual. Intelectual, porque ministrou aulas de língua portuguesa em sua casa para estrangeiros que não tinham condições de custear aulas do idioma nacional. Ensinava o pouco que sabia aos seus compatriotas: o significado das palavras, bem como a escuta e a escrita delas.



Os brasileiros que o procuravam o faziam solicitando que lhes fosse ensinado a língua espanhola. Yhonny recebia “gorjeta” pelo desenvolvimento dessa atividade de ensino doméstico, que ocorria um dia após dois de folga. Depois de um período realizando esse tipo de trabalho, decidiu que não ficaria mais em casa, quando passou a trabalhar como vendedor ambulante, comercializando água e refrigerante. Assim, desde que chegou ao Brasil, além de realizar em sua casa uma atividade que lhe possibilitava receber alguma “gratificação”, e de sua inserção na atividade comercial no circuito inferior da economia, o depoente informa que foi explorado em outros espaços de trabalho por conta de ser estrangeiro e receber a metade do salário destinado a trabalhadores com registro de carteiras assinada.

Enfim, destaca-se que entre as dificuldades vividas no Brasil está o fato de não ter toda a família reunida. Esse sentimento aparece em uma de suas falas, quando afirmou que “[...] o coração está lá, mas a cabeça e o trabalho estão aqui [...]”. Além desse aspecto, considerando que, mesmo havendo pessoas que o ajudam desde que chegou ao Brasil, há aqueles que não querem contato com estrangeiros, dirigindo xingamentos a ele e a seu filho, palavras que denotam prática xenofóbica. Esses insultos o faziam sentir-se impotente, juntamente com as queixas do filho sobre o fato de não dispor de sapatos para ir à escola, pois tinha que escolher entre adquirir esse bem ou comprar alimento e pagar aluguel.

TRAJETÓRIAS MIGRANTES E TERRITÓRIO USADO

Embora o tema da mobilidade humana sempre estivesse presente na agenda de pesquisa da Geografia em sua constituição e consolidação como área do conhecimento a partir de diferentes abordagens, métodos e interpretação, e a partir de conceitos da própria Geografia e de outras áreas do conhecimento de maneira diversa, a realidade empírica acima descrita, como afirmamos anteriormente neste escrito, será operacionalizada a partir do conceito de *território usado*, proposto por Milton Santos.

Já destacamos em outra oportunidade (PORTO, 2021b) que o tema da migração aparece com frequência na obra de Milton Santos, constituindo parte da totalidade empírica por ele analisada. Defendemos a ideia de que a migração, ora tratada como fenômeno, ora interpretada como variável, associada a uma miríade de eventos e processos sociais, foi importante na elaboração de sua teorização sobre a Geografia e seu objeto de estudo, o espaço geográfico, conjunto inseparável de objetos e ações (SANTOS, 2006).

Desse modo, defendemos que o fenômeno migratório se constitui numa agenda de pesquisa que pode ser interpretada a partir de categorias e conceitos ressignificados e elaborados por Milton Santos. Assim, as migrações podem ser interpretadas à luz das



categorias *formação socioespacial* e *espaço geográfico*, bem como de conceitos como MTCI, do *lugar* e sua constituição, *verticalidades*, *horizontalidades*, *espaço banal*, *território*, entre outros.

Ao escolher fazer uma leitura do fenômeno migratório a partir do território, aceitamos a proposição de Santos (2000), para quem a base para um raciocínio analítico em Geografia não é o território, mas sim o território “usado”, por ele definido como sendo uma categoria de análise. Nessa perspectiva, ou seja, na definição de território como coisa usada, neste não se distingue o material do social.

Ante a proposição de Santos (2000) de que o território usado é uma categoria, infere-se que, como tal, ele se manifestaria em noções e conceitos que integram o método (geográfico), definido por Souza (2019) como um sistema inequívoco de ideias. Enquanto Santos (2000) considera o território usado como categoria, o que justificaria ser ele considerado sinônimo de espaço geográfico, Souza (2019) destaca que o território usado é a sua expressão histórica.

Como categoria ou conceito, o território usado, ou a produção histórica dos diferentes usos nas mais diversas escalas, não se dá sem a constituição de lugares por diferentes agentes. Assim,

O território é usado por empresas nacionais e multinacionais, por instituições políticas, culturais e financeiras, mas é também usado por mulheres e homens trabalhadores, imigrantes, vendedores ambulantes, feirantes – enfim, por todos os homens e mulheres lentos que reproduzem suas vidas no *espaço banal*, espaço de todos, território de todos (PORTO, 2021a, p. 198)

Ao ser usado por firmas, empresas globais e instituições diversas, o território é um recurso disponível para a produção de riquezas, ao passo que ao ser usado pelos homens e mulheres lentos, pelos “de baixo”, pelos pobres e pelos migrantes que buscam melhoria de vida em outros países, o território se constitui em abrigo. Ou seja, de um lado o território pode ser considerado como recurso, e de outro como abrigo, conforme destacou Santos (2000) alicerçado nas ideias do geógrafo francês Jean Gottman.

As trajetórias socioespaciais de imigrantes e refugiados, trajetórias essas que se iniciam quando são obrigados a deixar seus lares, de maneira forçada ou não, até se fixarem dignamente na sociedade de destino se dão num constante uso do território, marcado, sobretudo, pela negação do uso em seus países de origem, no caso de refugiados e refugiadas. A negação ao uso em seus países de origem se caracteriza pela impossibilidade de manifestar suas opiniões políticas e de ali circularem livremente, como se observa no caso de Claudine, que teve de sair às pressas da República Democrática do Congo, deixando ali familiares,



pertences e o local de moradia; essa mudança produz traumas que precisam ser trabalhados pelo migrante na nova sociedade.

Nos demais casos, o uso do território nos países de origem não se caracteriza pelo risco de uma interrupção ao uso do território, por conta do risco de morte, mas o território usado nessas sociedades não garante a satisfação das necessidades almejadas pelos migrantes. São necessidades de estudo, trabalho e consumo que almejam conseguir nos países de destino. É provável que identifiquem em suas localidades de origem a impossibilidade de usar o território de maneira cidadã e sem conflitos.

A interpretação do território usado a partir de trajetórias de migrantes internacionais possibilita ainda explicar a experiência migratória entre os locais de saída e de chegada. No caso dos migrantes cujos relatos analisamos, chama a atenção a trajetória de Louis do Haiti até Andradas. Destaca-se que antes de chegar ao Brasil estabeleceu moradia na República Dominicana por cerca de onze anos. Sua viagem da ilha Hispaniola até o Acre durou oito dias, sendo que o uso em trânsito do território (de diferentes países) foi marcado por limitações para realizar alimentação e custear serviços básicos para qualquer pessoa que se movimentasse entre localidades.

Se a finalidade do uso territorial é a inserção laboral nas sociedades de destino, identificamos por meio dos relatos que todos os imigrantes tiveram dificuldades para usar o território brasileiro por meio do trabalho. Essas dificuldades são agravadas por conta da demora em adquirir documentos fornecidos pelo governo brasileiro para que possam ter seus direitos trabalhistas garantidos, bem como pelo alto custo das taxas a serem pagas para obtenção desses documentos. Além desses empecilhos, a dificuldade de comunicação imposta pela diferença de idiomas se constitui noutro entrave, bem como a visão, construída por parte de alguns segmentos da sociedade nacional, de que os migrantes ocupam vagas do mercado de trabalho que poderiam ser ocupadas por nativos.

Cabe ressaltar ainda que a condição étnico-racial dos imigrantes também se constitui num empecilho à inserção laboral desse estrato demográfico na sociedade brasileira. Além de demonstrar a complexa relação entre essa condição de homens e mulheres e o uso do território, isso evidencia o quanto o racismo, a discriminação e o preconceito se inserem no processo de formação socioespacial do Brasil. Mostra também que há um uso conflitivo do território, tanto nas empresas, como se evidencia no caso de Louis, vítima de discriminação no local de trabalho, quanto na universidade, como foi bem relatado por Nádia. Esse uso conflitivo do território e a tentativa de negação ao uso se verificam também, no espaço banal da cidade de São Paulo, quando Claudine, por exemplo, procurava casa para alugar.



Se, por um lado, o território usado por imigrantes internacionais e refugiados nas sociedades de destino é marcado por conflitos, barreiras e imposições de diferentes naturezas, origens, escalas e temporalidades, por outro lado esse grupo demográfico cria estratégias potentes de uso do território. A criação de empresas, a participação em organizações de acolhida aos estrangeiros, a criação de igrejas e associações e o voluntariado por meio do ensino de línguas constituem-se em práticas políticas, transformadoras e dinâmicas de uso do território.

Essa territorialidade migrante, segundo Santos (2006), resulta de uma reformulação da ideia de futuro “a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca” (p. 329). O homem (e a mulher) migrante busca “reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário” (*idem*), onde o processo de alienação vai sendo substituído pelo de integração e entendimento e “o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida” (*idem*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente escrito buscou operacionalizar o conceito de território a partir do fenômeno migratório internacional considerando a construção teórica de Milton Santos, tendo como referência central em seu sistema conceitual o *território usado*. Não é possível afirmar se a migração tratada em sua obra, desde seu primeiro livro, publicado em 1948, o auxiliou na interpretação da realidade a partir da elaboração desse conceito, mas acredita-se que a mobilidade humana, ora interpretada como fenômeno, ora analisada como variável, o auxiliou na produção de seu universo de conceitos.

Destaca-se que o uso do território pelo migrante e pela migrante, bem como pela refugiada e pelo refugiado desde a sua localidade de origem até a sua fixação na sociedade de destino, é marcado pela ruptura cultural, pelo conflito, pela privação, pela dor, pela fome, mas também pela solidariedade e pela possibilidade de que o território se torne um abrigo.

Por fim, ressalta-se a importância de integrar a essa discussão outros conceitos ressignificados e propostos por Milton Santos, bem como estabelecer interlocução com outros pensadores da Geografia e de outras áreas do conhecimento, de maneira a nos auxiliar a interpretar o mundo, essa totalidade em movimento, a partir do entendimento tanto do fenômeno migratório no período atual quanto do território aqui tomado como conteúdo, como forma-conteúdo e em mudança.

REFERÊNCIAS



ACNUR. *Tendências globais 2020*. Relatório, 2020.

CASTRO, C. M.; KANAS, G. O. Atos de cidadania: atuação política dos imigrantes no município de São Paulo. In: Diamantino, P. (Org.). *Estudos e ações transdisciplinares em mudança social e participação política*. São Paulo: Annablume, 2017.

DESINORD, L. D. *Trajelórias socioespaciais de imigrantes internacionais e/ou refugiados no Brasil*. II Colóquio sobre migrações e espaço geográfico. Programa de pós-graduação em Geografia da Unifal-MG. Alfenas, 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=H8cQI-SrsbU> >. Acesso em: 15 de jul. 2021.

FERREIRA, N. *Trajelórias socioespaciais de imigrantes internacionais e/ou refugiados no Brasil*. II Colóquio sobre migrações e espaço geográfico. Programa de pós-graduação em Geografia da Unifal-MG. Alfenas, 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=H8cQI-SrsbU> >. Acesso em: 15 de jul. 2021.

JARDIM, D. F. *Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PORTO, G. C. S. *Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento*. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: < https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCC9NBQ9P/1/tese_gil_carlos_silveria_porto.pdf >. Acesso em: 17 de jul. 2021

_____. “Patrimonialização, território usado e processo de registro da feira livre de domingo de Alfenas (MG) como bem cultural imaterial do município”. *Caderno de Geografia*, v. 31, Número Especial 2, 2021a. Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/27036> >. Acesso em: 28 de out. 2021.

_____. “A constituição de lugares por imigrantes internacionais e refugiados no período atual: uma leitura geográfica crítica em construção”. In: SILVA, M. A. e PORTO, G. C. S. *Revisitando um pensamento revolucionário: 20 anos sem Milton Santos*. Salvador: Edufba, 2021b (no prelo).

PRADO, Yhonny. UNIFAL-MG. Estudos Abertos do GENI - Refúgio no Brasil. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=R18PHt7AplI> >. Acesso em: 30 de jul. 2021.

SANTOS, M. “O território e o saber local: algumas categorias de análise”. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XIII, n. 2, 1999.

_____. “El territorio: un agregado de espacios banales”. *Boletín de Estudios Geográficos*, n. 96, año 2000.

_____. “O retorno do território”. In: OSAL: *Observatorio social de América Latina*. Año 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.



_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2017 [2000].

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERPA, A. *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, F. R.; LIMA, C. F. e FERNANDES, D. M. “Um panorama geral dos imigrantes: haitianos, congoleses, senegaleses e ganeses – Da origem ao destino”. *Anais... III Seminário de Imigração e Emigração Internacional; I Seminário do Observatório de Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T. e MACEDO, M. *Refúgio em números*, 5. ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SOUZA, M. A. A (org.). *Território brasileiro. Usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. “Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal”. *PatryTer*, 2(4). 2019. Disponível em: <
<https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>>. Acesso em: 10 de set. 2021.